



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2702025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
SERVIÇO COMUM (Art. 6º, XIII c/c XLI)**

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Contrato Administrativo (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Recebimento do objeto
20. Pagamento
21. Das retenções
22. Penalidades
23. Disposições finais
24. Anexos:
  - I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
  - II - Termo de Referência – TR
  - III - Orçamento Máximo
  - IV - Contrato Administrativo



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

## 1. PRÊAMBULO

1.1. O Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.940.776/0001-56, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, senhor Eder Picoli, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo licitatório:

- I - **Regime legal:** Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º) e Decreto Municipal nº 219/2023, de 05 de outubro de 2023.
- II - **Modalidade:** Pregão (art. 6º, XLI)
- III - **Critério de Julgamento:** Menor Preço – POR LOTE
- IV - **Modo de disputa:** Aberto
- V - **Intervalo entre os lances:** R\$ 3,00 (três reais)
- VI - **Forma:** Eletrônica (art. 17, § 2º)
- VII - **Plataforma:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)
- VIII - **Data da Sessão Pública:** **28/03/2025** (10 dias úteis - art. 55, II, “a”)
- IX - **Recebimento das propostas:** das 08h00min horas do dia **13/03/2025** até as 08h00min do dia **28/03/2025**;
- X - **Horário de início da Sessão Pública:** 08h (horário de Brasília/DF)
- XI - **Abertura das propostas:** **28/03/2025** às 08h01min;
- XII - **Código do Município (Portal de Compras Públicas):** 1671
- XIII - **Condução do processo licitatório:** Agente Contratação e Equipe de Apoio – Paula Balestreri (Pregoeira), Daniela Juliana Zanella, Gabriel Pinheiro e Luiza Ferronato (Decreto Municipal nº 038/2024).

## 2. OBJETO

2.1. O objeto deste processo licitatório é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, ROÇADA, CONTROLE QUÍMICO E CAPINA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME LOCAIS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAIBI.

Item	Und	Qtd	Descrição	VI Unit.	VI Total
1	Svc/ Mes es	12	- <b>Saída para Palmitos (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do passeio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário	2.262,50	27.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>na faixa de grama até o parque da Água Mineral.</p> <p>Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo considerado para cálculo de orçamento 1 metro.</p> <p>Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado da rodovia oposto ao passeio público.</p> <p>Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p> <p>Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p>		
2	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro "Eu Amo Caibí".</p>	2.075,00	24.900,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro "Eu amo Caibí". Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador, incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.		
3	Svc/ Mes es	12	<b>- Saída para Linha Roversi:</b> Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura. - Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova. Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto). Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados. Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.	2.937,50	35.250,00
4	Svc/ Mes es	12	<b>- Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b>	1.575,00	18.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal).</p> <p>Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário.</p> <p>Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).</p>		
5	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Cidade</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados.</p> <p>Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios.</p> <p>Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.</p>	2.762,50	33.150,00
6	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b></p> <p>a) Pátio da prefeitura</p> <p>b) CEI I</p> <p>c) CEI II</p> <p>d) CEI III</p> <p>e) Praça próximo à prefeitura</p>	3.700,00	44.400,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>f) Praça Bairro Gruta g) Praça Bairro Cohab h) Praça Peixe i) Casa Mortuária j) Ginásio Tancredo Neves k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro) l) Pátio Celesc m) Pátio Unidade Saúde Centro n) Pátio da Telesc</p> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p> <p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e beira dos meios-fios em toda a cidade</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)</p>		
7	Svc/ Mes es	12	<p><b>Cemitério:</b></p> <p>Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias.</p> <p>Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos,</p>	2.012,50	24.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.		
8	Svc/ Mes es	12	<b>Campo do Juventude:</b> Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias; Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.	1.912,50	22.950,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$230.850,00</b>

2.3. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (**ANEXO I**) e no Termo de Referência (**ANEXO II**) (art. 18, I e II).

2.4. Valor estimado do objeto **R\$ 230.850,00 (duzentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais)**.

2.5. Fica vedada, no todo ou em partes, a subcontratação do presente objeto de licitação.

### 3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2025.

Desp	Fonte	Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento
1599	150000	154520015.2.029	Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	33903999	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

3.2. Os recursos serão próprios do município.

### 4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** o edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data



de abertura do certame (art. 164).

**4.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

**4.3.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º).

## **5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1.** São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

**I -** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

**II -** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que se equiparam aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

**Obs. 1:** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

**III -** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

**Obs. 1:** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

**IV -** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

**Obs. 1:** Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**V -** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

**VI -** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si (art. 14, V);

**VII -** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

**VIII -** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

**IX -** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

**X -** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

**XI -** Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

**5.2. 5.2.** O licitante deverá apresentar declaração que não incorre nos impedimentos.

## **6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)**

**6.1.** Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

**6.2.** O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**6.3.** O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**6.4.** O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar

**6.5.** É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

**6.6.** O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**6.7.** As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

**6.8.** O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

**6.9.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**6.10.** As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**6.11.** Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos



gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

**6.12.** Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

**6.13.** A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, deverá acessar o link <http://www.caibi.sc.gov.br> e para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail [tributacao@caibi.sc.gov.br](mailto:tributacao@caibi.sc.gov.br).

## 7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

**7.1.** Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**7.2.** A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**7.2.** Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

I - Sociedade empresária;

II - Sociedade simples;

III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV - Empresário a que se refere o art. 966 do [Código Civil](#):

a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, *caput*);

b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

**7.3.** As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);

III - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**7.4.** Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);

II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;

III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do [Código Civil](#).

**7.5.** Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:

*§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.*

II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:  
*§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.*

III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

**7.6.** As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ([Lei nº 11.488/2007](#), art. 34).

**7.7.** Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021:

**7.7.1.** Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

**7.7.2.** As Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil



de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 30 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

**7.8.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

## **8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**8.1.** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

**8.2.** A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

**8.3.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

**8.4.** Na fase de habilitação:

**I - TÉCNICA:** é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);

**II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte);

**b)** Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º).

**8.5.** A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

**I -** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

**II -** Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

**III -**

## **9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

**9.1.** Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

**I -** A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

**a)** [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- b) [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#) – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- c) [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#) – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

- II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**9.2.** Conforme art. 34 da [Lei nº 11.488/2007](#), aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

## **10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO**

**10.1.** Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

- I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);
- III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;
- IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;
- VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da



Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

## 11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II).

## 12. DAS PROPOSTAS

### 12.1. DO CREDENCIAMENTO

12.1.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

12.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

12.1.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE CAIBI/SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### 12.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

12.2.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal (art. 24);

II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).

III - A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, contendo marca (desde que não identifique o licitante e, neste caso, deverá constar como “marca própria”), valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do [Código Penal](#)<sup>1</sup>.

12.2.3. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.2.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**Obs: Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como “marca própria”, sob pena de desclassificação do certame.**

12.2.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

<sup>1</sup> Violação de sigilo em licitação

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**12.2.6.** As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital, salvo prazo maior estipulado de forma expressa pelo licitante.

**12.2.7.** Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**12.2.8.** A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**12.2.9.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o **pregoeiro** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**12.2.10.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

**12.2.11.** Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**12.2.12.** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**:

**I - ABERTO:**

**a)** 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

**b)** A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

**c)** Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

**d)** Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

**e)** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

**f)** Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível ou decorrente de equívoco de digitação;

**g)** Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





**12.2.13.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro concederá o prazo mínimo de **02 (duas) horas, para negociação de melhor preço, e envio das propostas readequadas**, diretamente no sistema da plataforma de pregão eletrônico, podendo tal prazo ser prorrogado no máximo por igual período, levada em consideração a complexidade do objeto a ser licitado, o número de itens do processo licitatório ou outras particularidades do caso concreto, sempre fundamentado e comunicado via chat tal prorrogação.

**Obs.: O cadastramento e envio de propostas readequadas, diretamente na plataforma de pregão eletrônico, é condição indispensável para posterior adjudicação do processo licitatório, sendo que o não envio das propostas readequadas, no prazo estipulado pelo pregoeiro, importará na desclassificação do proponente.**

**12.2.14.** No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### 13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

**13.1.** Encerrada a etapa de lances, durante o período de cadastro das propostas readequadas, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

II - **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**13.2.** A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429/1992](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1992/lei08429.htm) (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

**13.3.** A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do [Código Penal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2004/lei0337.htm)<sup>2</sup>.

### 14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**14.1.** Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento

<sup>2</sup> *Contratação inidônea*

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do *caput* deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

estimado para a contratação;

**IV** - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

**V** - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

**VI** - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**14.2.** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**14.3. EXEQUIBILIDADE:**

**14.3.1.** A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**14.3.2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:** no caso de a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º).

**14.3.3.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

**I** - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal.

**II** - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

**14.4. EMPATE:**

**14.4.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**I** - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**II** - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

**III** - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

**IV** - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

**14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:**

**14.5.1.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

**I** - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- II - Empresas brasileiras;
- III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

**14.5.2.** Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

- I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
- II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **14.76. NEGOCIAÇÃO:**

**14.6.1.** Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**14.6.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**14.6.3.** A negociação será conduzida pelo **pregoeiro**, conforme a Lei Federal nº 14.133 e regulamento municipal, realizada por meio do sistema eletrônico, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**14.7.** Se a proposta for desclassificada o **pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

### **15. DA HABILITAÇÃO**

**15.1.** Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de 02 (duas) horas para anexar no sistema (art. 63, II).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**Obs. 1:** O licitante, caso opte, poderá anexar toda a documentação de habilitação antes da sessão pública, diretamente na plataforma do pregão eletrônico, e neste caso, o pregoeiro, verificando a juntada dos documentos, poderá dispensar o prazo previsto no item 15.1, ficando neste caso vedada a inclusão posterior de documento, caso opte por anexá-los antes da sessão pública, em atenção ao art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.2.** O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

**15.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

**15.4.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

**15.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**15.6.** Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

**15.7.** A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**15.9. PESSOA JURÍDICA:**

**I – DECLARAÇÕES (marcar a ciência/concordância no campo específico da plataforma eletrônica de licitação):**

**a)** Declaração de que a licitante não ultrapassa o limite de faturamento e cumpre com os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

**b)** Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento – art. 63, I da Lei nº 14.133/2021;

**c)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas - art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021;

**d)** Declaração de que a(s) proposta(s) econômica(s) compreende(m) a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas - art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021;

**e)** Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos – art. 68, inciso VI da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

**f)** Declaração de não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**g)** Declaração, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

**h)** Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, não incorrendo nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**II - HABILITAÇÃO JURÍDICA** (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

**a)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

**b)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**c)** Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).

**III - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

**b)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

**c)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

**d)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

**e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

**IV - ECONÔMICO-FINANCEIRA** (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau), disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>.

**V - COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:**

Encerrada a etapa de lances, o **pregoeiro e equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das condições de participação**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante. Disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**b - Consulta de Pessoa Física**

a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em:

[https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form).

**Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.**

**VI – COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

a) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

**Obs.: Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 60 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.**

**15.11.** Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**15.12.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

**16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO**

**16.1.** Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- I - Julgamento das propostas (art. 165, I, "b");
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, "c");
- III - Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, "d");
- IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, "e").

**16.2.** Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras "a" e "b" do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

**16.3.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

**16.4.** Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

**16.5.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

**16.6.** Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

**16.6.1.** Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**16.7.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**16.8.** Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

**16.9.** Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**16.9.1.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**16.10.** Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo



máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

**16.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**16.12.** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.1.** Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I -** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II -** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III -** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV -** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**17.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**17.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**17.4.** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**17.5.** A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

**17.6.** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **18. CONTRATO ADMINISTRATIVO**

### **18.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO**

**18.1.1.** O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.** A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.2.** Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.3.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.2.6.** É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.3.** Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, *caput* da Lei nº 14.133/2021)

**18.1.3.1.** Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento (art. 91, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.3.2.** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.4.** Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**18.1.4.1.** O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, II c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.4.2.** O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA-e com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.4.2.1.** Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.5.** O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

**18.1.6.** No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);
- II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

**18.1.7. Obrigações do CONTRATADO:**

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

b) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

h) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

i) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

j) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**18.1.8. Obrigações do CONTRATANTE:**

a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

b) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

d) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

i) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

j) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

m) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

n) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

**18.1.9. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):**

**a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**18.1.9.1.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**18.1.9.2.** O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**18.1.9.3.** A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**18.1.9.3.1.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**18.1.9.3.2.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

**18.1.9.4.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
  - a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**18.1.9.4.1.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**18.1.9.4.2.** Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

**18.1.9.5.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

## **18.2. GESTÃO DO CONTRATO**

**18.2.1.** A gestão do contrato caberá ao prefeito Municipal, senhor Eder Picoli.



### **18.3. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**18.3.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo senhor Jair Carlos Restelli, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**18.3.2.** A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**18.3.3.** Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

**18.3.4.** A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

### **19. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**19.1.** O objeto será recebido (art. 140, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Em se tratando de obras e serviços:

**a)** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**b)** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

**a)** Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**b)** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**19.2.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**19.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**19.4.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme Decreto Municipal nº 259/2022 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

**19.5.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).



**19.6.** Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

**19.7.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

## **20. PAGAMENTO DO OBJETO**

**20.1.** No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Fornecimento de bens;
- II -** Locações;
- III -** Prestação de serviços;
- IV -** Realização de obras.

**20.2.** A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II -** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III -** Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV -** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V -** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

**20.3.** A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**20.4.** A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus



pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**20.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.1.** A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.2.** Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**20.7.** No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

## **21. DAS RETENÇÕES**

### **21.1 - Quando se tratar de contratação de bens e serviços em geral:**

21.1.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

a) ISSQN – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, que terá como base de cálculo o preço total do serviço. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal.

b) IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das entidades que possuem imunidade tributária, das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

### **21.2 - Quando se tratar de contratação de obra global:**

21.2.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

a) ISSQN – A alíquota de 4,0% (quatro por cento), que terá como base de cálculo o preço total do serviço, dele podendo ser deduzido somente o valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICMS, LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, c/c com a Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

(retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal;

b) IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

## **22. PENALIDADES**

**22.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II -** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III -** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV -** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V -** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI -** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII -** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX -** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X -** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII -** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

**22.2.** Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

<b>I -</b>	Advertência (art. 156, § 2º).	<b>I</b>  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
<b>II -</b>	Multa de 10% sobre o valor global do contrato.	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
<b>III -</b>	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública	<b>II</b> <b>III</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

	direta e indireta do Município de Caibi, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	IV V VI VII  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
<b>IV -</b>	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII  Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

**22.3.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.4.** Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II -** Incisos III e IV do item 21.1:
  - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
  - b)** O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
  - c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e)** A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
  - i)** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
  - ii)** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
  - iii)** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**22.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

**22.6.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

**22.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

**22.8.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

**22.9.** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).



**22.10.** A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**22.11.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

**22.11.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**22.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Caibi, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**22.12.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** É facultado ao **pregoeiro** ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**23.2.** Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

**23.3.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Caibi, portanto, serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

**23.4.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Caibi ([www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br));

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

IV - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**23.5.** São anexos deste edital:

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
- II - Termo de Referência – TR
- III - Orçamento Máximo
- IV - Contrato Administrativo

**23.6.** As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Palmitos - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Município de Caibi – SC, 12 de março de 2025.**

**EDER PICOLI**  
Prefeito

Este edital se encontra examinado e aprovado pela assessoria jurídica deste município.

**TAISON GASPARIN**  
OAB/SC: 52.373



**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º)

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, ROÇADA, CONTROLE QUÍMICO E CAPINA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME LOCAIS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAIBI.

**2. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)**

<b>SECRETARIA/DEPARTAMENTO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos/Departamento de Serviços Urbanos	Jair Carlos Restelli

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.**

Justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de corte de grama, roçada, controle químico e capina, com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos, haja vista a necessidade de manutenção adequada e constante das áreas públicas do perímetro urbano do município de Caibi.

A conservação dos espaços públicos, como praças, parques, canteiros centrais, margens de vias e demais locais especificados, é essencial para garantir a segurança, a mobilidade e um ambiente mais saudável à população. O crescimento descontrolado da vegetação pode comprometer a visibilidade no trânsito, favorecer a proliferação de insetos e animais peçonhentos, além de causar uma sensação de abandono e descuido dos espaços urbanos.



Diante disso, faz-se necessária a contratação de uma empresa que preste estes serviços de forma contínua e eficiente, assegurando a limpeza e a manutenção das áreas públicas.

A terceirização dessa atividade permite otimizar recursos, garantindo a execução dos serviços dentro dos padrões exigidos, com mão de obra qualificada e equipamentos adequados, contribuindo assim para a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade.

Ademais, a contratação atende ao interesse público ao promover um ambiente urbano mais organizado, seguro e agradável para os munícipes, além de assegurar a conformidade com normas sanitárias e ambientais vigentes.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A empresa contratada deverá fornecer as os equipamentos e insumos necessários aos serviços, de acordo com as especificações definidas pelo município.

A empresa deverá arcar com todas as despesas necessárias para a correta prestação dos serviços, como por exemplo, custos com combustíveis e lubrificantes, herbicidas, pessoal, alimentação, manutenções, transporte das máquinas/equipamentos ou seu deslocamento até o local do serviço, estes inerentes à prestação do serviço e todas demais despesas relacionadas ao correto fornecimento do objeto.

A empresa deverá seguir todas as normas de segurança necessárias e obrigatórias para a prestação dos serviços em questão, fornecendo os EPI'S, treinamentos e condições de trabalho adequadas para os seus funcionários durante a execução do objeto.

A contratada deverá também seguir todas as normas atinentes à proteção do meio-ambiente, especialmente, o Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e Código Ambiental de Santa Catarina (Lei Nº 14.675, de 13 de abril de 2009), além das demais legislações correlatas acerca do tema.

Quanto ao controle químico, os produtos devem ser registrados perante o órgão competente, IBAMA, bem como sua aplicação deve estar prevista em rótulo e bula, observando a legislação acerca da comercialização de tais produtos e que todos os ritos procedimentais e legais para o seu uso sejam seguidos.

É essencial que os serviços sejam iniciados rapidamente após a solicitação, garantindo a execução em tempo hábil. Após a Ordem de Serviço, a empresa tem 24 (vinte e quatro) horas para dar início aos trabalhos.



A contratada poderá, mediante agendamento junto à municipalidade, ou por conta própria, visitar os locais a serem executados os serviços, a fim de ter exata noção do tamanho exato das áreas objeto da licitação.

Não será permitida a subcontratação do objeto em questão.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

A partir da definição do objeto e dos requisitos essenciais à contratação, é possível definir algumas alternativas possíveis à solução da demanda, das quais elencamos as duas principais:

**Alternativa 1** – Como uma alternativa para execução da demanda, o município poderia utilizar sua equipe de funcionários para a realização dos referidos serviços.

Esta alternativa demandaria dispêndio de tempo de trabalho, utilizando parte do quadro de pessoal (Auxiliar de Serviços Gerais), para execução dos trabalhos de corte de grama, capina, controle químico, recolha dos restos derivados etc.

Assim sendo, dados os demais serviços desenvolvidos pela municipalidade pelo setor, destinar, se não toda, mas uma parte da equipe para o serviço ora a ser contratado poderia prejudicar os outros trabalhos.

Ao mesmo tempo, para satisfazer toda a demanda exigida, seria imperiosa a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público, o que naturalmente gera gastos, além de onerar diretamente a municipalidade, com gastos em salários, eventuais horas-extras, adicionais de insalubridade e/ou periculosidade, alimentação etc.

Outro fator a ser considerado é que o município teria de adquirir equipamentos para a execução dos referidos serviços, como EPIs, roçadeiras, máquinas de cortar grama, pulverizadores, enxadas, dentre outros, além de todos os insumos, considerando-se também nos custos as peças de reposição, manutenção, e outras coisas.

Por fim, pela natureza dos serviços, além de todo o citado, seria imprescindível capacitar os servidores, a fim de evitar acidentes – seja contra o meio ambiente, seja contra terceiros, seja pelo próprio servidor.

**Alternativa 2** - Realizar a contratação de empresa especializada para realização dos serviços, de forma terceirizada.

Esta alternativa se mostra mais viável, a princípio, pelo fato de que as equipes a realizar os serviços não serão oriundas dos quadros do município, o que possibilita que o pessoal próprio execute outros serviços de maior urgência.





Outrossim, a contratação de empresa especializada para tal serviço importará à mesma os custos com aquisição e manutenção dos equipamentos, compra de insumos, EPIs e demais itens inerentes à execução do objeto.

**- MELHOR SOLUÇÃO:** fazendo a análise das possíveis alternativas elencadas anteriormente, conclui-se que a melhor solução, tanto técnica quanto econômica, é a alternativa número 2, uma vez que o município teria um custo maior para executar diretamente os serviços, do que se optar por terceirizá-los.

Além disso, haveria despesas com manutenções preventivas ou corretivas, despesas com combustíveis e lubrificantes, peças, acessórios e demais, além dos gastos inerentes com operadores (EPIs, salário, horas-extras, adicionais de insalubridade e/ou periculosidade, alimentação).

Outro fator importante à tomada de decisão nesta solução encontrada é o fato de que ao optar por terceirizar os serviços, a equipe própria de servidores pode ser direcionada à realização de outras tarefas mais urgentes demandadas pela municipalidade.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

Como citado no item anterior, a solução definida para atender a presente demanda é realizar a contratação de empresa especializada para realização dos serviços de corte de grama, roçadas, capina e controle químico de ervas daninhas, onde as empresas já fornecerão todos os funcionários, equipamentos, insumos essenciais à execução contratual, bem como estrutura necessária para a realização dos serviços.

Por se tratar de contratação terceirizada, sendo realizada totalmente por funcionários e com equipamentos da empresa, não será necessária a manutenção e assistência técnica dos mesmos, encargos trabalhistas e demais relacionados – os quais ficarão sob inteira responsabilidade da contratada.

As exigências definidas pelo município são relacionadas à qualidade e especificações mínimas dos serviços a serem prestados, como já previamente definido no tópico 3 do presente Estudo Técnico e como será melhor explicitado a seguir.

Os serviços serão executados de forma programada, conforme prazos definidos pela administração municipal no presente Estudo Técnico Preliminar e, posteriormente, no Termo de Referência, priorizando áreas de maior circulação de pessoas, como praças, parques, vias públicas, passeios e demais locais especificados.

O corte de grama e a roçada visam manter a vegetação controlada, prevenindo o crescimento excessivo que pode comprometer a estética urbana,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

a segurança viária e a proliferação de pragas. O controle químico será realizado de forma criteriosa, utilizando produtos regulamentados e aplicados por profissionais capacitados, garantindo a conformidade com normas ambientais e sanitárias. A capina, por sua vez, contribuirá para a limpeza e conservação das áreas, evitando o acúmulo de resíduos vegetais e promovendo um ambiente mais organizado.

Ressalte-se que para a execução de todo e qualquer serviço relacionado à presente contratação, será indispensável o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos funcionários da Contratada.

A execução dos serviços por meio de uma empresa especializada proporcionará maior eficiência operacional, reduzindo custos indiretos com aquisição de equipamentos e capacitação de pessoal, além de garantir que as atividades sejam realizadas dentro dos padrões técnicos e legais exigidos.

Dessa forma, a solução atende ao interesse público ao assegurar a manutenção contínua dos espaços urbanos, proporcionando um ambiente limpo, seguro e agradável para a população do município de Caibi.

**7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

As estimativas das quantidades para a contratação são baseadas na utilização dos serviços nos anos anteriores e de acordo com novas demandas levantadas, conforme segue:

Item	Und	Qtd	Descrição
1	Svc/Meses	12	<b>- Saída para Palmitos (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do passeio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário na faixa de grama até o parque da Água Mineral. Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo considerado para cálculo de orçamento 1 metro. Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado da rodovia oposto ao passeio público.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			<p>Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p> <p>Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p>
2	Svc/Meses	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro “Eu Amo Caibi”.</p> <p>Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro “Eu amo Caibi”.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador, incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.</p>
3	Svc/Meses	12	<p><b>- Saída para Linha Roversi:</b></p> <p>Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura.</p> <p>- Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto).</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados. Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.
4	Svc/Meses	12	<b>- Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal). Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário. Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).
5	Svc/Meses	12	<b>- Cidade</b> Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados. Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios. Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura. Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.
6	Svc/Meses	12	<b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b> a) Pátio da prefeitura b) CEI I c) CEI II d) CEI III e) Praça próximo à prefeitura f) Praça Bairro Gruta g) Praça Bairro Cohab h) Praça Peixe i) Casa Mortuária j) Ginásio Tancredo Neves k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			<p>l) Pátio Celesc m) Pátio Unidade Saúde Centro n) Pátio da Telesc</p> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p> <p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e beira dos meios-fios em toda a cidade</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)</p>
7	Svc/Meses	12	<p><b>Cemitério:</b></p> <p>Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias.</p> <p>Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.</p>
8	Svc/Meses	12	<p><b>Campo do Juventude:</b></p> <p>Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias;</p> <p>Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude</p> <p>Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.</p>

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

Para o levantamento de valores, preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Para a presente contratação, o valor foi obtido por base em 04 (quatro) orçamentos fornecidos por prestadores de serviços do mesmo objeto.

Justifica-se a escolha destes fornecedores pelos seguintes motivos:

- a) Terem prestado, anteriormente, serviços da mesma natureza ao município;
- b) Tratam-se de fornecedores com capacidade e histórico de idoneidade e responsabilidade quanto à garantia e aos prazos de entrega e ciência da importância de fornecer o serviço dentro dos padrões exigidos pelo município, para que não haja transtornos que conseqüentemente possam acarretar em atrasos na realização do evento.
- c) Estarem situados dentro da área geográfica do município e/ou proximidades, refletindo mais efetivamente os preços praticados no mercado local e as suas peculiaridades, bem como garantindo tempestividade quanto à entrega.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

Para fins de parâmetro do valor a ser definido por item, adotou-se a média, obtida pelo cálculo dos valores cotados. Assim sendo, chegou-se a um valor global estimado para a presente contratação de **R\$ 230.850,00 (duzentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais)**.

A estimativa dos preços unitários segue pela seguinte descrição:

Item	Und	Qtd	Descrição	VI Unit.	VI Total
1	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Palmitos (SC 283):</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias às margens do passeio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário na faixa de grama até o parque da Água Mineral.</p> <p>Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo considerado para cálculo de orçamento 1 metro.</p> <p>Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado da rodovia oposto ao passeio público.</p> <p>Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p> <p>Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São</p>	2.262,50	27.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			Domingos até a entrada da cidade.		
2	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha. Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha. Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias. Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro "Eu Amo Caibí".</p> <p>Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro "Eu amo Caibí". Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador, incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.</p>	2.075,00	24.900,00
3	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Linha Roversi:</b> Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura.</p>	2.937,50	35.250,00





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>- Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova. Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto. Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados. Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.</p>		
4	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal). Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário. Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).</p>	1.575,00	18.900,00
5	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Cidade</b> Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados.</p>	2.762,50	33.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios.</p> <p>Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura. Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.</p>		
6	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Pátio da prefeitura</li><li>b) CEI I</li><li>c) CEI II</li><li>d) CEI III</li><li>e) Praça próximo à prefeitura</li><li>f) Praça Bairro Gruta</li><li>g) Praça Bairro Cohab</li><li>h) Praça Peixe</li><li>i) Casa Mortuária</li><li>j) Ginásio Tancredo Neves</li><li>k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro)</li><li>l) Pátio Celesc</li><li>m) Pátio Unidade Saúde Centro</li><li>n) Pátio da Telesc</li></ul> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p> <p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e</p>	3.700,00	44.400,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			beira dos meios-fios em toda a cidade Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)		
7	Svc/ Mes es	12	<b>Cemitério:</b> Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias. Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.	2.012,50	24.150,00
8	Svc/ Mes es	12	<b>Campo do Juventude:</b> Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias; Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.	1.912,50	22.950,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$230.850,00</b>

Os preços unitários referenciais, bem como a memória de cálculo e os demais documentos que balizaram a referência de preços seguem anexos ao presente processo.



## 9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação será composto por 08 itens, de preço total orçado pela administração no valor R\$ 230.850,00 (duzentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais). Para fins de classificação, serão considerados os menores valores obtidos durante a sessão pública.

É sabido que compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho<sup>3</sup>:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com

---

<sup>3</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 7ª ed., 2000, p. 109.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irrealis, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna: A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

A própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)<sup>4</sup> vai neste sentido:

SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes, com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o §1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a

<sup>4</sup> [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/sumula/\\*/KEY%253ASUMULA-EJURIS-34240/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMEROINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/sumula/*/KEY%253ASUMULA-EJURIS-34240/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMEROINT%2520desc/0)



administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese, reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados.

Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

Neste sentido, concluímos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto, uma vez que quando verificamos o conjunto de serviços a serem prestados, verificamos que existe justificativa técnica para agrupá-los (por exemplo, a necessidade de aquisição de equipamentos necessários à execução dos serviços, EPIs, capacitação dos funcionários), administrativa ou jurídica para agrupá-los em lotes, ao passo que, realizando uma licitação em lote, não se vislumbra, a priori, diminuição da competitividade.

Além do mais, pela natureza e quantitativo dos serviços, uma empresa somente dará conta da demanda, inviabilizando a divisão por itens.

Supõe-se que, por todo o exposto, os participantes poderão apresentar propostas mais vantajosas, resultando na redução do valor global a ser desembolsado pela Administração.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes por parte da administração no presente momento.

## **11. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**



A presente contratação não está prevista no Plano Anual de Contratações, pois a novel legislação que o trouxe foi recentemente adotada pelo Município de Caibi/SC, não havendo tal documento pretérito para o corrente ano.

Manifesta-se pela adoção, mediante formalização do setor responsável, do Plano Anual de Contratações, com a maior brevidade possível.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de corte de grama, roçada, controle químico e capina no município de Caibi busca garantir a economicidade e a otimização dos recursos públicos, promovendo um melhor aproveitamento dos meios disponíveis para a manutenção das áreas urbanas.

### **a) Economicidade:**

A terceirização dos serviços elimina a necessidade de aquisição e manutenção de equipamentos próprios, reduzindo custos com depreciação, armazenamento e reposição de ferramentas e máquinas.

Diminuição de despesas com contratação e treinamento de servidores específicos para essas atividades, além de encargos trabalhistas permanentes.

A prestação de serviços por uma empresa especializada garante maior eficiência e produtividade, otimizando o custo-benefício ao evitar desperdícios de tempo e materiais.

### **b) Melhor aproveitamento dos recursos humanos:**

Permite que os servidores municipais sejam realocados para funções estratégicas e essenciais dentro da administração, melhorando a distribuição da força de trabalho.

Redução da sobrecarga de funcionários municipais, promovendo melhores condições de trabalho e maior eficiência na execução de outras atividades administrativas e operacionais.

### **c) Melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros:**

O fornecimento de equipamentos e insumos pela empresa contratada evita a necessidade de altos investimentos municipais em maquinário, combustíveis e produtos químicos.

Planejamento eficiente da execução dos serviços, evitando gastos excessivos com manutenção corretiva e permitindo ações preventivas, que reduzem custos a longo prazo.

Maior previsibilidade orçamentária, com despesas fixadas em contrato, evitando gastos inesperados e garantindo melhor planejamento financeiro da administração municipal.



Dessa forma, a contratação dos serviços de forma terceirizada contribuirá para a melhoria da qualidade dos espaços públicos, garantindo a conservação contínua das áreas urbanas de forma econômica e eficiente, além de possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

Entende-se, a princípio, não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, visto se tratar de prestação de serviços sem alta complexidade técnica.

Ademais, estará previsto no Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo o servidor designado, de acordo com sua área técnica e/ou funcional, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, o qual atestará a efetiva prestação dos serviços, poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objetos, bem como desempenhar outras ações inerentes a correta, efetiva e eficiente execução do contrato.

**14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

As empresas vencedoras do certame terão total responsabilidade sobre os serviços prestados, bem como as atividades correlatas e inerentes aos referidos serviços, atuando de forma a não gerar impactos negativos ao meio ambiente, ou sempre atuar visando a minimização de tais impactos.

Assim sendo a execução dos serviços de corte de grama, roçada, controle químico e capina podem gerar impactos ambientais que precisam ser devidamente gerenciados para garantir a sustentabilidade das atividades. Dentre os principais impactos e as respectivas medidas mitigadoras, destacam-se:

**a) Uso de Produtos Químicos no Controle de Vegetação**

Impacto: O uso de herbicidas pode afetar a biodiversidade local, contaminar o solo e os recursos hídricos, além de representar riscos para a fauna e a população.





Medidas mitigadoras:

- Utilização de produtos químicos regulamentados pelos órgãos ambientais, com baixa toxicidade e biodegradáveis sempre que possível.
- Aplicação controlada por profissionais capacitados, com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) sempre, respeitando as normas de segurança e evitando a dispersão indevida dos produtos.
- Priorização de métodos mecânicos (capina manual ou roçada) sempre que viável, reduzindo a necessidade de herbicidas.
- Monitoramento contínuo das áreas tratadas, para avaliar possíveis efeitos ambientais adversos.

#### **b) Geração de Resíduos Vegetais**

Impacto: O acúmulo de resíduos de grama, galhos e folhas pode obstruir sistemas de drenagem, favorecer a proliferação de insetos e gerar descarte inadequado.

Medidas mitigadoras:

- Destinação correta dos resíduos orgânicos, priorizando a compostagem para reaproveitamento na adubação de áreas verdes públicas.
- Coleta e transporte eficiente dos resíduos para locais adequados, evitando a obstrução de vias e sistemas de escoamento de água.
- Implementação de práticas de manejo sustentável para reduzir o volume de material descartado.

#### **c) Consumo de Combustíveis e Emissão de Poluentes**

Impacto: A operação de equipamentos como roçadeiras, sopradores e cortadores de grama a gasolina pode gerar emissões de gases poluentes, além de poluição sonora.

Medidas mitigadoras:

- Prioridade, sempre que possível, para o uso de equipamentos elétricos ou a bateria, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis e minimizando emissões de CO<sub>2</sub>.
- Manutenção periódica dos equipamentos para garantir maior eficiência energética e reduzir desperdícios.
- Planejamento das atividades para evitar uso excessivo de máquinas e reduzir impactos sonoros, especialmente em horários sensíveis.

#### **d) Logística Reversa e Reciclagem de Resíduos**

Impacto: O descarte inadequado de embalagens de produtos químicos, lâminas desgastadas, óleos e filtros usados pode gerar contaminação ambiental.

Medidas mitigadoras:

- Implementação da logística reversa para embalagens de defensivos químicos, conforme exigido pela legislação ambiental.



- Destinação correta de materiais recicláveis, como plásticos e metais provenientes de equipamentos e insumos utilizados.

A adoção dessas medidas garantirá que a prestação dos serviços ocorra de forma ambientalmente responsável, minimizando impactos e promovendo a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

## 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este estudo posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta-se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido, onde necessário, com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do prefeito municipal.

*Caibi, Santa Catarina, em 06 de março de 2025.*

**JAIR CARLOS RESTELLI**

**Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos  
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**

- 
- ( ) De acordo. Dê-se prosseguimento ao processo.  
( ) Em desacordo. Remeta-se ao setor competente, para os ajustes apontados (anexos) ou, caso se mostre inviável, que não se proceda à contratação.

**EDER PICOLI**  
**Prefeito Municipal**



**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

([Lei Federal nº 14.133/2021](#): [art. 6º, XXIII](#) c/c [art. 40, §§ 1º e 4º](#))

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO**

**1.1) OBJETO:**

O objeto da presente contratação será: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, ROÇADA, CONTROLE QUÍMICO E CAPINA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME LOCAIS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAIBÍ.

**1.2) QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS:**

Item	Und	Qtd	Descrição	VI Unit.	VI Total
1	Svc/ Mes es	12	<b>- Saída para Palmitos (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do passeio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário na faixa de grama até o parque da Água Mineral. Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo considerado para cálculo de orçamento 1 metro. Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado	2.262,50	27.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>da rodovia oposto ao passeio público.</p> <p>Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p> <p>Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p>		
2	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro "Eu Amo Caibi".</p> <p>Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro "Eu amo Caibi".</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador, incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.</p>	2.075,00	24.900,00
3	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Linha Roversi:</b></p> <p>Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro</p>	2.937,50	35.250,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			<p>Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura.</p> <p>- Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto.</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados.</p> <p>Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.</p>		
4	Svc/ Mes es	12	<p>- <b>Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal).</p> <p>Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário.</p>	1.575,00	18.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).		
5	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Cidade</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados.</p> <p>Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios.</p> <p>Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura. Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.</p>	2.762,50	33.150,00
6	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Pátio da prefeitura</li><li>b) CEI I</li><li>c) CEI II</li><li>d) CEI III</li><li>e) Praça próximo à prefeitura</li><li>f) Praça Bairro Gruta</li><li>g) Praça Bairro Cohab</li><li>h) Praça Peixe</li><li>i) Casa Mortuária</li><li>j) Ginásio Tancredo Neves</li><li>k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro)</li><li>l) Pátio Celesc</li><li>m) Pátio Unidade Saúde Centro</li><li>n) Pátio da Telesc</li></ul> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p>	3.700,00	44.400,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p> <p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e beira dos meios-fios em toda a cidade</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)</p>		
7	Svc/ Mes es	12	<p><b>Cemitério:</b></p> <p>Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias.</p> <p>Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.</p>	2.012,50	24.150,00
8	Svc/ Mes es	12	<p><b>Campo do Juventude:</b></p> <p>Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias;</p> <p>Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude</p> <p>Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude</p>	1.912,50	22.950,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.		
<b>TOTAL</b>					<b>R\$230.850,00</b>

### 1.3) NATUREZA:

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de:

- ( ) bens ou serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021).
- ( x ) bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021).
- ( ) serviço especial de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “b” Lei n.º 14.133/2021).
- ( ) serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “a” Lei n.º 14.133/2021).

### 1.4) VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

O contrato terá vigência inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

A prorrogação da vigência do contrato implica em renovação dos quantitativos inicialmente registrados, a cada novo exercício fiscal.

## 2. ÁREA(S) REQUISITANTE(S)

<b>SECRETARIA/DEPARTAMENTO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	Jair Carlos Restelli

## 3. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA

Destaca-se que inexistente catálogo eletrônico de licitações próprio para padronização dos referidos serviços.

No Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tais itens também não tiveram sua padronização definida, conforme consulta realizada na data de 03/03/2025<sup>5</sup>.

Assim sendo, se especifica os produtos conforme a seguir:

<b>Item</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>Descrição</b>
1	Svc/Meses	12	- Saída para Palmitos (SC 283): Corte de grama a cada 14 dias às margens do

<sup>5</sup> <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>passaio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário na faixa de grama até o parque da Água Mineral.</p> <p>Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo considerado para cálculo de orçamento 1 metro.</p> <p>Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado da rodovia oposto ao passeio público.</p> <p>Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p> <p>Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p>
2	Svc/Meses	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro “Eu Amo Caibi”.</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro “Eu amo Caibi”. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador, incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.
3	Svc/Meses	12	<b>- Saída para Linha Roversi:</b> Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura. - Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova. Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto). Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados. Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.
4	Svc/Meses	12	<b>- Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal). Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).
5	Svc/Meses	12	<p><b>- Cidade</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados.</p> <p>Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios.</p> <p>Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.</p>
6	Svc/Meses	12	<p><b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Pátio da prefeitura</li><li>b) CEI I</li><li>c) CEI II</li><li>d) CEI III</li><li>e) Praça próximo à prefeitura</li><li>f) Praça Bairro Gruta</li><li>g) Praça Bairro Cohab</li><li>h) Praça Peixe</li><li>i) Casa Mortuária</li><li>j) Ginásio Tancredo Neves</li><li>k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro)</li><li>l) Pátio Celesc</li><li>m) Pátio Unidade Saúde Centro</li><li>n) Pátio da Telesc</li></ul> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			<p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e beira dos meios-fios em toda a cidade</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)</p>
7	Svc/Meses	12	<p><b>Cemitério:</b></p> <p>Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias.</p> <p>Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.</p>
8	Svc/Meses	12	<p><b>Campo do Juventude:</b></p> <p>Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias;</p> <p>Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude</p> <p>Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.</p>

**4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSA**

Com base no Decreto Municipal nº 219/2023, de 05 de outubro de 2023, a presente contratação está embasada no Estudo Técnico Preliminar que segue anexo ao presente processo.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, além de legislações, decretos e demais normas regulamentadoras sobre o tema.



Justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de corte de grama, roçada, controle químico e capina, com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos, haja vista a necessidade de manutenção adequada e constante das áreas públicas do perímetro urbano do município de Caibi.

A conservação dos espaços públicos, como praças, parques, canteiros centrais, margens de vias e demais locais especificados, é essencial para garantir a segurança, a mobilidade e um ambiente mais saudável à população. O crescimento descontrolado da vegetação pode comprometer a visibilidade no trânsito, favorecer a proliferação de insetos e animais peçonhentos, além de causar uma sensação de abandono e descuido dos espaços urbanos.

Diante disso, faz-se necessária a contratação de uma empresa que preste estes serviços de forma contínua e eficiente, assegurando a limpeza e a manutenção das áreas públicas.

A terceirização dessa atividade permite otimizar recursos, garantindo a execução dos serviços dentro dos padrões exigidos, com mão de obra qualificada e equipamentos adequados, contribuindo assim para a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade.

Ademais, a contratação atende ao interesse público ao promover um ambiente urbano mais organizado, seguro e agradável para os munícipes, além de assegurar a conformidade com normas sanitárias e ambientais vigentes.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A solução proposta abrange todas as etapas inerentes à prestação dos serviços de corte de grama, roçada, controle químico e capina nos espaços públicos descritos, garantindo eficiência operacional, economicidade e sustentabilidade ambiental.

Na fase de preliminar, foram identificadas as áreas a serem atendidas e definido um cronograma que atendesse as necessidades (prazos, locais, serviços etc). O processo de contratação, portanto, estabelece critérios técnicos aceitáveis, dentro também dos aspectos legais inerentes, como por exemplo, mão de obra qualificada, equipamentos adequados e práticas ambientalmente responsáveis.

Durante a execução, os deverão ser realizados conforme padrões técnicos e de segurança do trabalho vigentes, priorizando o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por parte dos trabalhadores, bem como com o uso de implementos e insumos adequados.

O corte de grama e a roçada mantêm a vegetação controlada, enquanto o controle químico é aplicado apenas quando necessário, seguindo



regulamentações ambientais, bem como, a capina mecânica e manual contribuirá para a limpeza e conservação dos espaços públicos.

Concomitantemente, será adotada avaliação contínua, a fim de permitir ajustes operacionais, visando a melhoria na qualidade e de prestação dos serviços e na mitigação e redução de impactos ambientais. A implementação de novas tecnologias e a otimização dos processos deverão ser priorizadas para que a solução atenda às necessidades do município com eficiência e sustentabilidade.

Para viabilizar essa contratação, será estabelecido um processo licitatório, no qual a empresa que oferecer o menor custo por lote, será selecionada.

A parte de manutenção e assistência técnica se dará inteiramente por parte da contratada.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1) HABILITAÇÃO JURÍDICA** (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

**a)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

**b)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**c)** Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).

**6.2) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

**b)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

**c)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.



- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011
- f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

**6.3) ECONÔMICO-FINANCEIRA** (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau), disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>.

**6.4) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

- a) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Obs.: Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 60 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

**6.5) COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:**

O Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, realizará a verificação de comprovação de idoneidade, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

- a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante. Disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**b - Consulta de Pessoa Física**

- a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (todas as esferas) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form).

Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.



## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

### **7.1) GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA**

A gestão do contrato/ata caberá ao senhor Eder Picoli, prefeito municipal.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo senhor Jair Carlos Restelli, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.

A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

### **7.2) MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA**

#### **7.2.1) DA FISCALIZAÇÃO**

7.2.1.1) A forma de solicitação dos serviços será mediante emissão Ordem de Serviço;

7.2.1.2) Os serviços deverão ser executados de acordo com as necessidades do município;

7.2.1.3) A Administração Municipal reserva-se o direito de realizar verificações *in loco*, a qualquer tempo, para confirmar a efetiva qualidade dos serviços nos termos contratados.

7.2.1.4) Durante a vigência do contrato, a empresa fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o valor proposto, nas quantidades solicitadas e nos prazos estipulados no Edital.

7.2.1.5) O fiscal do contrato acompanhará a execução do instrumento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.2.1.6) O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.





7.2.1.7) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

7.2.1.8) O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato/ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.1.9) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/ata nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.2.1.10) O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.2.1.11) O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.2.1.12) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **7.2.2) DA GESTÃO**

7.2.2.1) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do instrumento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.2.2.2) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do instrumento, de todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.2.2.3) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.2.2.4) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções,



a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.2.2.5) O gestor do contrato poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.2.2.6) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES:**

### **8.1) OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desta contratação, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral no fornecimento dos itens em conformidade com o objeto.

b) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

h) Realizar a entrega dos itens em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

i) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo



a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

j) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

### **8.2) OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

b) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

d) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto.

e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto.

g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

i) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

j) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo.

l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento.

m) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos.

n) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

### **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBÍ**

pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

O pagamento será feito mensalmente pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até o dia 20.

#### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será escolhido mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão, conforme previsão do art. 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo este na forma Eletrônica.

#### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO**

O valor estimado da contratação é de R\$ 230.850,00 (duzentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais).

Item	Und	Qty	Descrição	VI Unit.	VI Total
1	Svc/ Mes es	12	<b>- Saída para Palmitos (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do passeio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário na faixa de grama até o parque da Água Mineral. Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo	2.262,50	27.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>considerado para cálculo de orçamento 1 metro.</p> <p>Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado da rodovia oposto ao passeio público.</p> <p>Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p> <p>Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.</p>		
2	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha.</p> <p>Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro "Eu Amo Caibí".</p> <p>Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro "Eu amo Caibí".</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador,</p>	2.075,00	24.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.		
3	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Linha Roversi:</b></p> <p>Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p> <p>Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura.</p> <p>- Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova.</p> <p>Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto.</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados.</p> <p>Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.</p>	2.937,50	35.250,00
4	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b></p> <p>Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal.</p> <p>Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador.</p>	1.575,00	18.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal). Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário. Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).		
5	Svc/ Mes es	12	<b>- Cidade</b> Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados. Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios. Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura. Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.	2.762,50	33.150,00
6	Svc/ Mes es	12	<b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b> a) Pátio da prefeitura b) CEI I c) CEI II d) CEI III e) Praça próximo à prefeitura f) Praça Bairro Gruta g) Praça Bairro Cohab h) Praça Peixe i) Casa Mortuária j) Ginásio Tancredo Neves k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro)	3.700,00	44.400,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>l) Pátio Celesc m) Pátio Unidade Saúde Centro n) Pátio da Telesc</p> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p> <p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e beira dos meios-fios em toda a cidade</p> <p>Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)</p>		
7	Svc/ Mes es	12	<p><b>Cemitério:</b></p> <p>Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias.</p> <p>Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal</p> <p>Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.</p>	2.012,50	24.150,00
8	Svc/ Mes es	12	<p><b>Campo do Juventude:</b></p> <p>Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias;</p> <p>Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do</p>	1.912,50	22.950,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			campo do Esporte Clube Juventude Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.		
<b>TOTAL</b>					<b>R\$230.850,00</b>

Foram utilizadas cotações com 04 (quatro) possíveis fornecedores do mesmo objeto. Os critérios adotados para a estimativa do valor da contratação estão detalhadamente especificados no Estudo Técnico Preliminar.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste processo de dispensa correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2025.

<b>Desp</b>	<b>Fonte</b>	<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Nome do Projeto/Atividade</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição do Elemento</b>
1599	150000	154520015.2.029	Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	33903999	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Os recursos serão próprios do município de Caibi – SC.

## **13. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO.**

Os serviços serão prestados dentro da área geográfica do município de Caibi, compreendendo cidade e arredores, conforme especificações inerentes a cada objeto/item.

O início dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas após a emissão da Ordem de Serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior.

O objeto será recebido (art. 140, caput da Lei nº 14.133/2021):

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

#### **14. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

Será exigida garantia na qualidade dos serviços prestados, incluindo a obrigação da contratada em reparar um serviço que não foi entregue como se espera ou como foi planejado.

Subsidiariamente, será aplicado ao fornecimento dos serviços as disposições contidas nos termos do art. 26, inciso I, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como as disposições seguintes, sem prejuízo das previsões legais da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicáveis às contratações públicas.

Aplica-se, ainda, de forma subsidiária, as disposições previstas no art. 19 e seguintes da Lei nº 8.078/1990, no que tange aos elementos da contratação a ser firmada, em especial, quanto à qualidade dos serviços prestados.

#### **15. CONCLUSÃO**

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este termo de referência posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta-se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido, onde necessário, com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo,



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do senhor prefeito municipal.

**Caibi – SC, em 06 de março de 2025.**

**JAIR CARLOS RESTELLI**

**Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos  
Responsável pela elaboração do Termo de Referência (TR)**

-----  
 Aprova-se o presente Termo de Referência. Encaminhe-se para as providências cabíveis, a fim de dar continuidade à contratação.

Não aprovado. Encaminhe-se para as correções necessárias, conforme apontamentos anexos.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

**EDER PICOLI**

**Prefeito Municipal**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

**ANEXO III**  
**ORÇAMENTO MÁXIMO**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, ROÇADA, CONTROLE QUÍMICO E CAPINA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME LOCAIS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAIBI, conforme as especificações que seguem:

Item	Und	Qtd	Descrição	VI Unit.	VI Total
1	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Palmitos (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do passeio, numa largura aproximada de 1,2 metros, da cidade até a ponte sobre o Rio São Domingos, no Parque da Água Mineral. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Capina manual das ervas daninhas sempre que necessário na faixa de grama até o parque da Água Mineral. Roçada mensal da faixa de mato atrás das flores, da cidade até o trevo de acesso à BR 158. Obs.: A largura varia de 0 a 2 metros, conforme terreno sendo considerado para cálculo de orçamento 1 metro. Capina manual das ervas daninhas nas áreas com grama amendoim próximo ao portal e próximo à empresa Tirol, no lado da rodovia oposto ao passeio público. Controle químico das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade. Roçadas periódicas, a cada 30 dias, das ervas daninhas no lado da rodovia oposto ao passeio</p>	2.262,50	27.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			público, da Ponte do Rio São Domingos até a entrada da cidade.		
2	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Riqueza (SC 283):</b> Corte de grama a cada 14 dias, nas duas margens da SC 283, numa largura aproximada de 1 metro a cada lado da rodovia, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha. Roçada mensal da faixa atrás das flores, numa largura mínima de 1 metro, da saída da cidade até a entrada para a Linha Gaúcha. Corte de grama no pátio em frente à área industrial a cada 14 dias. Corte de grama a cada 14 dias no terreno do letreiro "Eu Amo Caibi".</p> <p>Capina, a cada 30 dias, manual das ervas daninhas nas faixas de grama do acesso no pátio em frente à área industrial e no pátio do letreiro "Eu amo Caibi". Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador, incluindo também recolha de galhos e restos de plantas.</p>	2.075,00	24.900,00
3	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Saída para Linha Roversi:</b> Corte de grama às margens da calçada da cidade até o Bairro Vida Nova, numa largura que varia de 0,5 metros a 1,5 metros. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle químico de ervas daninhas na calçada da cidade até o Bairro Vida Nova. Obs.: as plantas daninhas não podem atingir mais de 5 cm de altura.</p>	2.937,50	35.250,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			<p>- Controle mensal de ervas daninhas manual na calçada e beira, meio-fio e área com grama na cidade até o Bairro Vida Nova. Corte de grama a cada 14 dias das áreas do Bairro Vida Nova (terreno frente do Bairro, calçadas, canteiros, todas as áreas verdes, terreno próximo à estação de tratamento de esgoto. Controle manual de ervas daninhas em todas as áreas de corte de grama acima citados. Limpeza da calçada por meio de varrição ou soprador em frente às residências do Bairro Vida Nova.</p>		
4	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Acesso Santuário Nossa Senhora da Salete:</b> Corte de grama a cada 14 dias às margens do acesso da BR 158 até o Santuário Nossa Senhora da Salete, incluindo terreno próximo ao portal. Limpeza da calçada após o corte de grama e/ou roçadas com varrição ou por meio de soprador. Controle manual de plantas daninhas na área de grama acima citada (mensal). Controle químico de plantas daninhas na calçada de acesso ao santuário. Controle manual de plantas daninhas ao longo da calçada numa faixa de 1 metro (limpeza entre as plantas podocarpo).</p>	1.575,00	18.900,00
5	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Cidade</b> Corte de grama a cada 14 dias de todos os canteiros das ruas da cidade, existentes e a serem implantados.</p>	2.762,50	33.150,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			<p>Controle manual e químico de plantas daninhas e entre a grama dos canteiros, incluindo borda superior de meio-fio e laterais dos meios-fios.</p> <p>Obs.: As plantas daninhas não podem passar de 5 cm de altura. Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama.</p>		
6	Svc/ Mes es	12	<p><b>- Corte de grama em todos os espaços públicos abaixo citados (a cada 14 dias):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Pátio da prefeitura</li><li>b) CEI I</li><li>c) CEI II</li><li>d) CEI III</li><li>e) Praça próximo à prefeitura</li><li>f) Praça Bairro Gruta</li><li>g) Praça Bairro Cohab</li><li>h) Praça Peixe</li><li>i) Casa Mortuária</li><li>j) Ginásio Tancredo Neves</li><li>k) Pátio Social (quadra coberta, social, CRAS, fundos da escola Dom Pedro)</li><li>l) Pátio Celesc</li><li>m) Pátio Unidade Saúde Centro</li><li>n) Pátio da Telesc</li></ul> <p>Controle manual plantas daninhas entre a grama de todos os locais acima citados.</p> <p>Varrer e recolher resíduos de grama, ervas daninhas e folhas no entorno dos canteiros após o corte de grama em todos os locais acima citados</p> <p>- Controle químico das ervas daninhas em todas as ruas da cidade</p> <p>Controle químico das ervas daninhas em todas as calçadas e</p>	3.700,00	44.400,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			beira dos meios-fios em toda a cidade Controle manual de ervas daninhas em todas as ruas e calçadas da cidade (as plantas daninhas não podem atingir mais de 10 cm de altura)		
7	Svc/ Mes es	12	<b>Cemitério:</b> Corte de grama no cemitério municipal a cada 14 dias. Controle químico de plantas daninhas em todo o cemitério municipal Controle manual de plantas daninhas em todo o cemitério municipal Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do cemitério.	2.012,50	24.150,00
8	Svc/ Mes es	12	<b>Campo do Juventude:</b> Corte de grama no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude a cada 14 dias; Controle químico de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Controle manual de plantas daninhas no campo e entorno do campo do Esporte Clube Juventude Recolha de resíduos de plantas e ervas daninhas, recolha de lixos, entulhos e outros descartes no perímetro do local.	1.912,50	22.950,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$230.850,00</b>

**Obs:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**ANEXO IV**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2702025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0132025**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, em Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.940.776/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDER PICOLI**, inscrita no CPF sob o Nº **\*\*\*.627.519-\*\***, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato, representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, doravante identificada apenas como **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)**

1. O objeto deste contrato é A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, ROÇADA, CONTROLE QUÍMICO E CAPINA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME LOCAIS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAIBI.

**CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)**

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 270/2025, Pregão Eletrônico nº 013/2025, homologado em \_\_/\_\_/2025, e à proposta do licitante vencedor \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

**CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

A entrega dos serviços deverá ser realizada pelo fornecedor de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e/ou das 13:00 às 17:00 H, na sede da prefeitura de Caibi.

O início dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas após a emissão da Ordem de Serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior.

**CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)**

1. PREÇO: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será feito mensalmente pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até o dia 20.
3. CRITÉRIOS: Mediante apresentação das notas e efetiva comprovação de prestação dos serviços contratados, após conferência e recebimentos provisório e definitivo pelo fiscal de contrato e demais responsáveis.
4. DATA-BASE: 26/02/2025
5. PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS: 1 ano.
6. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO: Mediante solicitação escrita do contratado, seguindo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, VI)**

1. CRITÉRIOS DA MEDIÇÃO: Não se aplica.
2. PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO: Não se aplica.
3. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO: 10 dias.
4. PRAZO PARA PAGAMENTO: 10 dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)**

1. PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO: prazo máximo de 24 horas após a emissão da Ordem de Serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior.
2. PRAZO DE CONCLUSÃO: 12 meses.
3. PRAZO DE ENTREGA: Não se aplica.
4. PRAZO DE OBSERVAÇÃO: Não se aplica.
5. PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias.



**CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)**

1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2025.

Desp	Fonte	Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento
1599	150000	154520015.2 .029	Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	33903999	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

2. Os recursos serão próprios do município.

**CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)**

15 dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)**

15 dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XIII)**

Não se aplica.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)**

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- i) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
- j) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- m) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- n) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

**2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.
- b) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- h) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- i) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;



j) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

3. PENALIDADES CABÍVEIS: Conforme item 22 do edital.
4. VALORES DAS MULTAS: Conforme item 22 do edital.
5. BASES DE CÁLCULO: Conforme item 22 do edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)**

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)**

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)**

1. A gestão do contrato caberá ao Prefeito Municipal, senhor Eder Picoli.
2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo senhor Jair Carlos Restelli, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.
3. A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
4. Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.
5. A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)**

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- a) Devolução da garantia;
  - b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
  - c) Pagamento do custo da desmobilização.
4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):
- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
  - b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
  - c) Execução da garantia contratual para:
    - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
    - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
    - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
    - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
  - d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.



5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO (art. 92, § 1º)**

1. É declarado competente o foro da sede da Administração Pública Municipal para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) Licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
- b) Contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
- c) Aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.
  - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o **CONTRATANTE** será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas,





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

- i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 70/2023, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.
9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.
10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

**10.1.** Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

**11.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**12.** Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**13.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

**14.** A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**15.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**15.1.** Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**16.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \*LGPD).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**16.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: PUBLICAÇÃO**

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Caibi ([www.caibi.sc.gov.br](http://www.caibi.sc.gov.br));

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

**Caibi – SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

**EDER PICOLI**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**XXXXXXXXXX**  
Sócio-administrador  
Contratado

---

**TAISON GASPARIN**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB/SC 52.373**

DECLARO que sou Gestor do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de acompanhar o fiel cumprimento deste instrumento.

---

Nome